



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 144

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PPS	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB	Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 144**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Requerimentos	02
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	03
1ª Discussão	04
Discussão Única (Proposições) .	06
Encerramento da Sessão	11
Publicações:	
Diretoria Geral	
Portarias DAT	11
Atas de Comissão	
Tomada de Contas	12

Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dele-gado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fer-nandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ailton Araújo, Durval Amaral, Hermes Fonseca, Ratinho Júnior e Waldir Leite (05); e em viagem representativa o Sr. Deputado José Maria Ferreira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Pre-sidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos traba-lhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 4044-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para a discussão e votação da Proposição nº 061/2005, item 08 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 4044-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a votação em bloco dos itens 09, 10 11 e 12 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

011ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 011ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE DEZEMBRO DE 2005**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secre-tariado pelos Srs. Deputados Chico Noroeste e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguin-tes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme,

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 282/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispondo sobre a obrigatoriedade da publicação, nos jornais editados no Estado do Paraná, de advertência quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes, nas condições que especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 282/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os jornais editados no Estado do Paraná que publicam, diariamente, colunas e classificados com anúncios de acompanhantes, saunas, massagistas e profissionais do sexo, ficam obrigatórios a publicar, com recursos próprios e na mesma página dos anúncios, a seguinte advertência: "exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. Denuncie ligando para o número XXXX".

§ 1º A advertência de que trata o artigo 1º deve ser publicada diariamente, com destaque, em letras versais em negrito, e deve ocupar espaço mínimo de 10 cm (dez centímetros) por 5 cm (cinco centímetros).

§ 2º O Governo do Estado do Paraná está autorizado a estabelecer um número de telefone específico para receber denúncias contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 443/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a divulgar os devedores que tenham débito tributário inscrito em dívida ativa e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 443/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Poder Executivo divulgará através de seu site oficial da internet, a lista de devedores que tenham débito tributário inscrito em Dívida Ativa, inclusive, com menção dos valores devidos, exceto se estiverem parcelados.

§ 1º A lista de devedores será elaborada semestralmente, sendo que os devedores constantes do cadastro até o dia 30 de junho de cada ano, figurarão na lista que será divulgada até o dia 30 de julho, e os devedores constantes do cadastro até o dia 30 de dezembro, figurarão na lista que será divulgada até o dia 30 de janeiro do ano subsequente.

§ 2º Os créditos tributários com exigibilidade suspensa nos termos do Código Tributário Nacional serão excluídos da lista de devedores.

§ 3º As informações divulgadas nos termos deste artigo poderão ser utilizadas ou consideradas, no exercício de suas atividades por entidades de proteção ao crédito ou por centrais de risco de crédito, entidades de registros públicos, cartórios e tabelionatos, entidades do sistema financeiro, bem como por qualquer outra entidade pública ou privada.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, poderá, se necessário, ser celebrado convênio entre a Secretaria de Estado da Fazenda e as respectivas entidades.

§ 5º Os órgãos da administração pública estadual direta e indireta ficam proibidos de transacionar, a qualquer título, com os devedores cujos créditos tributários tenham sido objeto de divulgação na forma deste artigo.

§ 6º A proibição de transacionar com os devedores compreende o pagamento de quaisquer créditos, a admissão em concorrência ou coleta de preços, a celebração de contratos de qualquer natureza, a concessão de empréstimos e quaisquer outros atos que importe, em transação com o Estado.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta dias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 613/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declarando de Utilidade Pública a Braspol - Representação Central da Comunidade Brasileira/Polonesa no Brasil, com sede e foro no município de Balsa Nova. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 613/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Braspol - Representação Central da Comunidade Brasileira/Polonesa no Brasil, com sede no município de Balsa Nova e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 629/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Sr. Dilvo Grolli. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 629/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Dilvo Grolli.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 638/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declarando de Utilidade Pública a Instituição Seicho-No-Ie do Brasil, com sede e foro na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 638/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Seicho-No-Ie do Brasil, com sede e foro na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
LUIZ ACCORSI - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 657/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Centro Educacional Santa Terezinha de Itaipu - Cesti, com sede e foro no município na cidade de Santa Terezinha de Itaipu e foro no município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 697/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Centro Educacional Santa Terezinha de Itaipu - Cesti, com sede no município de Santa Terezinha de Itaipu e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, dispondo sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 082/2005, de 16.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 486/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 486/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá outras providências.

O projeto já havia recebido parecer contrário desta Comissão da lavra do Deputado Delegado Bradock, todavia, face recurso apresentado pela Deputada Luciana Rafagnin, foi designado novo relator para o projeto.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza constitucional e legal.

Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 24, o Estado tem competência concorrente para legislar sobre a matéria:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Desta forma, pode a Assembléia legislar sobre a matéria, vez que esta questão não é abordada pela Lei de Diretrizes e Bases de Educação, não havendo qualquer óbice na legislação federal para a implantação da medida.

Há que se destacar ainda, que o cumprimento da medida não fere nenhuma atribuição exclusiva do Governador do Estado, não se podendo dizer que a fixação do número máximo de alunos em sala de aula seja atribuição da Secretaria de Estado da Educação, vez que esta matéria é de competência tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo por força do que dispõe a Constituição Federal, devendo a Secretaria de Estado da Educação e Cultura apenas e tão somente obedecer a lei.

A Constituição Federal, em seus artigos 205 e 206, assim se expressa:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

omissis

VII - garantia de padrão de qualidade.

Desta forma, a limitação de alunos por sala de aula é medida que resguarda o direito fundamental da educação, preservando a qualidade do ensino ao propiciar melhores condições para os alunos.

Com relação aos custos de implementação do projeto, estamos apresentando emenda aditiva onde fica determinado ao Poder Executivo a inclusão desses custos no Orçamento de 2007.

Da Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 06.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 486/2005

Fica incluído parágrafo único ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 486/2005, com a seguinte redação:

Parágrafo Único. Os custos decorrentes do cumprimento da presente lei serão incluídos no Orçamento do Estado do ano de 2007.

Sala das Comissões, em 06.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 486/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é da lavra da nobre Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências.

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Entendemos, que além da essência meritória do projeto em tela, o mesmo indubitavelmente trará benefícios, já que se subentende que existirá diminuição de custos ao sistema educativo de nosso Estado.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em tela não encontrou nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Desta forma, o nosso parecer é favorável ao projeto de lei em análise.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) **(Pela Ordem)**

Só para agradecer aos Deputados pelo apoio a este projeto e já reforçando o pedido novamente para o dia de amanhã, que esperamos votar em 2ª discussão.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) **(Pela Ordem)**

Também no sentido de reposicionara que votamos em 1ª discussão. Voltem amanhã, que nós temos a 2ª discussão.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Presidência quer também aproveitar para registrar a participação dos professores durante toda a Sessão do dia de hoje, e dar as boas-vindas a todos vocês.

O SR. RENATO GAÚCHO (PDT) **(Pela Ordem)**

Gostaria de pedir destaque para o veto do item 8: veto aposto ao Projeto de Lei nº 333/2004.

Estou encaminhando à Mesa um requerimento por escrito. Gostaria de aproveitar e encaminhar à votação se possível.

Gostaria de pedir aos companheiros e companheiras que votassem contra o veto por tratar-se de um projeto que creio ser de muita utilidade, sobretudo para os atletas de alto rendimento que se destacarem no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Renato Gaúcho, há sobre a mesa um requerimento que já está na frente do seu, - que ainda não chegou - que pede a votação em bloco dos itens 08, 09, 10, 11 e 12.

O SR. RENATO GAÚCHO (PDT)

Que alegria, Deputado, que alegria! O senhor me deixa muito alegre. Gostaria de não aceitar, gostaria de pedir destaque.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Vamos colocar em votação o requerimento. Caso o Plenário decida em não votar em bloco...

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

É normal pedir a votação em bloco. Mas, se um Deputado pede preferência, será votado em preferência, normal.

O SR. RENATO GAÚCHO (PDT)

É normal. Exatamente. Seria destaque.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulto o Líder do Governo se é possível acatar o destaque para o item 08.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Se o meu requerimento não foi aprovado ainda, é claro que ele pode pedir destaque. Se foi aprovado, V. Exa. é quem vai decidir.

O SR. RENATO GAÚCHO (PDT)

Não foi aprovado ainda.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

O senhor vai consultar o Líder da Oposição ou o Vice-Líder? É só o Líder do Governo?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O requerimento é do Líder do Governo, Deputado Reni.

Está em votação o Requerimento nº 4044-A, de autoria do Sr. Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente, solicitando preferência para a discussão e votação da Proposição nº 061/2005, item 08 da Ordem do Dia.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. RENATO GAÚCHO (PDT)

Muito obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Gostaria apenas de registrar a presença em nosso plenário, do Deputado Federal do Partido Progressista, Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Discussão Única (Proposição)

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 061/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 333/2004, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, instituindo o Programa Bolsa Esporte, para a realização de projetos esportivos, visando valorizar e beneficiar atletas de alto rendimento, que estejam regularmente matriculados nas instituições de ensino da Rede Pública e Privada do Estado. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 100/2005

Curitiba, 05 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 135/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 333/2004, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir, conforme especifica, auxílio financeiro sob a forma de bolsa-esporte.

O projeto de lei em causa foi vetado em razão do alto custo que sua execução viria impor ao erário e, também e principalmente, por inexistir previsão orçamentária que lhe pudesse dar suporte, fato este que demonstra a indiscutível inconstitucionalidade a que está eivado, porque fere os artigos 133 e seguintes da Constituição Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 333/2004, encontra-se publicado no DA nº 051/2005, de 31.05.2005, em Redação Final, pág. 33)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 061/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 333/2004, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, instituiu a bolsa-esporte.

O projeto de lei foi vetado em razão do alto custo que sua execução viria impor ao erário e, também e principalmente, por inexistir previsão orçamentária que lhe pudesse dar suporte, fato este que demonstra a indiscutível inconstitucionalidade a que está eivado, porque fere os artigos 133 e seguintes da Constituição estadual.

Fundamentação

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente a sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Chico Noroeste, que proceda à chamada nominal, para a votação deste item.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

(**Procede à chamada nominal**)

Sr. Presidente, 38 Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao Deputado Tadeu Veneri, Deputado José Domingos Scarpellini e Deputado Duílio Genari para procederem à contagem dos votos.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, não me lembro do Deputado Braddock ter sido convidado. Lembro-me do Deputado Scarpellini, Deputado Tadeu Veneri e Deputado Duílio Genari.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O Deputado Scarpellini abriu mão para que o Deputado Delegado Braddock possa substituí-lo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

Sr. Presidente o resultado da votação: oito SIM; 29 NÃO e um nulo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está mantido o projeto e derrubado o veto.

Há sobre a mesa Requerimento nº 4044, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expe-

diente, requerendo a votação em bloco dos itens 09, 10, 11 e 12.

Em votação o Requerimento.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Então faremos a votação dos itens 09, 10, 11 e 12.

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 064/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 453/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que dispõe sobre eleições diretas para escolha, pela comunidade universitária, de reitores e vice-reitores das universidades estaduais e de diretores das faculdades estaduais isoladas. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNARIO.

OF/CTL/CC nº 109/2005

Curitiba, 12 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 145/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 453/2004, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a definição de reitores e vice-reitores das universidades estaduais e de diretores das faculdades estaduais isoladas, no Estado do Paraná, dar-se-á por eleições diretas com a participação da comunidade universitária, mediante voto direto e secreto. Visa, ainda, adotar outras providências ligadas ao assunto.

A negativa de sanção decorre de indiscutível inconstitucionalidade da medida, eis que, não tendo sido de iniciativa do Poder Executivo, afronta o preceito contido no artigo 66, inciso II, da Carta Estadual, onde é conferido ao Governador do Estado iniciar o processo legislativo da matéria tratada.

Por outro lado, é muito importante ressaltar que, face decisão do Supremo Tribunal, na ADI 606-I, com julgamento de mérito em 25.03.99, de inconstitucionalidade do então inciso VII, do artigo 178 da Constituição Estadual, tal sistemática está hoje suprimida do texto consolidado da Emenda nº 07, de 24.04.2000 à Carta do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 453/2004, encontra-se publicado no DA nº 114/2004, de 30/11/2004, em Projetos de Lei, pág. 06)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 064/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 453/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, aprovado por esta Assembléia Legislativa, visa garantir eleições diretas, pela comunidade universitária, de reitores e vice-reitores das universidades estaduais e de diretores das faculdades estaduais isoladas.

Por alegado vício de iniciativa, vetou a proposição o Exmo. Sr. Governador do Estado, mencionando inclusive decisão do Pretório Excelso:

ADI 606/PR-PARANÁ

Ação Direta de Inconstitucionalidade

Relator: Min. Sydeny Sanches

Julgamento: 25/03/1999 Órgão Julgador: Tribunal

Pleno

Publicação: DJ 28-05-1999 PP-00003 EMENT VOL 01952-01 PP-00028

Ementa

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ESTABELECIMENTO DE ENSINO PÚBLICO. CARGOS DE DIREÇÃO: ELEIÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE EXPRESSÕES CONSTANTES DO INCISO VII DO ARTIGO 178 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, ARTIGOS 25, 37, II, E 206, VI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em várias oportunidades, tem declarado a inconstitucionalidade de leis estaduais que tratam de eleições para os cargos de direção dos estabelecimentos de ensino público. 2. Precedentes (Rp 1.473-SC; ADI 51-RJ; ADI 490-AM; ADI 123-SC; ADI 640-MG; e mais recentemente, na ADI 578-RS). 3. No caso, dispõe o inciso VII do artigo 178 da Constituição do Estado do Paraná: "Art.178. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: 4. Pelas mesmas razões deduzidas nos precedentes referidos, são inconstitucionais, no texto do inciso VII do artigo 178 da Constituição do Estado do Paraná, as expressões "adotando-se o sistema eletivo, direto e secreto, na escolha dos dirigentes, na forma da lei". 5. No mais, o inciso VII não é de ser declarado inconstitucional, ou seja, no ponto em que estabelece, como princípio do ensino, no Paraná, a "gestão democrática e colegiada". 6. Ação Direta julgada procedente, em parte, para declaração de inconstitucionalidade, com eficácia "ex tunc", das expressões "adotando-se o sistema eletivo, direto e secreto, na escolha dos dirigentes, na forma da lei" contidas no inciso VII do artigo 178 da Constituição do Estado do Paraná.

Segundo a Constituição Estadual, artigo 71, cabe ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no prazo fixado de quinze dias úteis, vetar o projeto de lei, no todo ou em parte, se considerá-lo inconstitucional ou contrário ao interesse público.

No caso específico foi respeitado o prazo preclusivo constitucionalmente estabelecido para o exercício

da respectiva prerrogativa assegurada ao chefe do Executivo, razão pela qual esta Comissão opina favoravelmente ao encaminhamento da proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 102/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 221/2003, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que estabelece o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito no Estado do Paraná em até 24 parcelas e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 188/2005

Curitiba, 19 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 246/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 221/2003, por julgá-lo inconstitucional porque fere os artigos 133 e seguintes da referida Constituição, que reservou ao Chefe do Poder Executivo a competência para início do processo legislativo de tal matéria. Vale lembrar que o Projeto de Lei nº 390/2004, com idêntico objetivo, foi por mim vetado em 05.01.2005, também por inconstitucionalidade, cujas razões de veto foram mantidas por essa augusta Casa de Leis em 16.05.2005.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 221/2003 encontra-se publicado no DA nº 092/2005, de 05.09.2005, em Redação Final, pág. 13)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 102/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 221/2003, vetado pelo Governador do Estado, tem por objeto estabelecer o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito no Estado do Paraná em até 24 parcelas e dar outras providências.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 105/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 230/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a entrada e permanência de animais em recintos fechados e estabelece outras providências (cão guia). **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 176/2005

Curitiba, 19 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 259/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 230/2005, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de manifestações das Secretarias de Saúde e da Cultura, cujos teores seguem em anexo, as quais consideram a medida de difícil exequibilidade porque, sendo matéria nova e complexa, depende de estudos e providências mais aprofundados, impossíveis de ocorrerem em curto espaço de tempo.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 230/2005 encontra-se publicado no DA nº 098/2005, de 19.09.2005, em Redação Final, pág. 13)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 105/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 230/2005, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo dispor sobre a entrada e permanência de animais em recintos fechados e estabelece outras providências (cão guia).

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 108/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 320/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança do consumo de energia elétrica, na zona rural. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 177/2005

Curitiba, 19 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 249/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 320/2005, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o consumo de energia elétrica na zona rural, cujos beneficiários não estejam incluídos em outros programas de isenção, remissão ou gratuidade, poderá ser pago por ocasião da realização da safra ou a cada 04 (quatro) ou 06 (seis) meses.

O projeto de lei em referência não foi acolhido face o adiante transcrito pronunciamento da Companhia

Paranaense de Energia e, também, por ter sido considerado inexecutável:

“A propósito, cumpre-nos registrar que o Projeto de Lei nº 320/2005, da forma proposta, importaria em a Copel conceder benefícios a consumidores localizados na zona rural, em detrimento dos demais consumidores.

Dispõe o artigo 20, IV, da Resolução Anel nº 456/2000, contudo, que não basta uma unidade consumidora estar localizada na zona rural para pertencer à classe de consumo rural. Ela deve, necessariamente, desenvolver atividades enquadradas como rurais. Nesse contexto, pode haver unidades consumidoras localizadas na zona rural que pertence à classe residencial, por exemplo.

Nesse caso, o projeto de lei em apreço conferiria tratamento diferenciado em favor de consumidores localizados na zona rural, em detrimento de demais consumidores não localizados na zona rural, mesmo que ambos sejam da classe de consumo residencial.

Além disso, é vedado à Copel dispensar tratamento diferenciado a consumidores que se encontrem em mesma classe de consumo e em igualdade de condições de atendimento, sob pena de violação da cláusula segunda, subcláusula sétima, de seu Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 46/99 - Aneel/Copel, que estabelece:

Subcláusula Sétima - Na exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica objeto deste Contrato, a CONCESSIONÁRIA não poderá dispensar tratamento diferenciado, inclusive tarifário, aos usuários de uma mesma classe de consumo e nas mesmas condições de atendimento, exceto nos casos previstos na legislação.

Por outro lado, caso esse projeto de lei viesse a ser interpretado como pretensão de beneficiar consumidores pertencentes à classe rural - e, não simplesmente localizados na zona rural - tal entendimento obrigaria a Copel, inclusive por força do Contrato de Concessão nº 46/99, a aplicar o benefício a todos os consumidores da classe rural, em toda extensão de sua área de concessão, o que certamente afetaria significativamente o equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de concessão.

Por fim, ao propor prazo diferenciado para pagamento do consumo de energia elétrica na zona rural, o projeto de lei em exame legislaria, em nosso entendimento, sobre energia elétrica, usurpando, com isso, competência privativa da União, conforme dispõe o artigo 22, IV, da Constituição Federal.

Diante de todo o exposto, entendemos que o Projeto de Lei nº 320/2005, por não possuir o necessário respaldo legal, não deve mercer aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 320/2005 encontra-se publicado no DA nº 094/2005, de 12.09.2005, em Redação Final, pág. 37)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 108/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 320/2005, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo dar outras providências com referência à cobrança do consumo de energia elétrica na zona rural.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
BARBOSA NETO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Chico Noroeste, que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu poderia pedir destaque ao item nº 09?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Barbosa Neto, já foi aprovado o requerimento por unanimidade, da aprovação da votação em bloco.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Chico Noroeste)

(Procede à Chamada Nominal dos Srs. Parlamentares)

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só para comunicar aos membros da Comissão de Orçamento que teremos reunião amanhã, às 09h30.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Solicito ao Deputado Cleiton, à Deputada Elza Correia, ao Deputado Mauro Morais e Deputado Litro para fazerem a contagem dos votos.

Trinta e sete Srs. Deputados votaram.

Dezenove SIM, dezoito NÃO.

Aprovados os vetos e rejeitados os projetos.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a Ordem do Dia a ser anunciada.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Diretoria Geral****Portaria DAT****Atos da Diretoria Geral:****PORTARIA Nº 043/2005 - DAT**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 19 da Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31900100	9000	100	4.880,00
31901300	2000	100	62.240,00
31901600	2000	100	460,00
31909200	2000	100	95.920,00
33900800	2000	100	9.600,00
33901400	2000	100	46.490,00
33903000	2000	100	6.400,00
33903300	2000	100	8.350,00
33903900	2000	100	2.440,00
33904100	2000	100	12.540,00
Total			249.320,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901300	9000	100	13.490,00
31909600	2000	100	16.460,00
31901100	2000	100	219.370,00
Total			249.320,00

Gabinete da Diretoria Geral, 07.12.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: Nereu Moura - 1º Secretário

PORTARIA Nº 045/2005 - DAT

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 19 da Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31900900	9000	100	18.900,00
31900900	2000	100	19.300,00
31909400	2000	100	193.600,00
31909600	2000	100	110.800,00
33903000	2000	100	300.000,00
33903300	2000	100	160.000,00
33903500	2000	100	155.110,00
33903900	2000	100	1.350.000,00
33903600	2000	100	47.290,00
33903700	2000	100	245.400,00
33904300	2000	100	5.527.800,00
33904600	2000	100	116.300,00
33909200	2000	100	431.200,00
44905100	2000	100	674.000,00
44905200	2000	100	208.500,00
44909200	2000	100	517.500,00
Total			10.075.700,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31900100	9000	100	2.590.000,00
31900300	9000	100	322.700,00
31901100	2000	100	7.163.000,00
Total			10.075.700,00

Gabinete da Diretoria Geral, 08.12.2005.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
Visto: Nereu Moura
1º Secretário

Atas de Comissão

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA
ARTIGO 27 - CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e cinco, às dez horas, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, para deliberar sobre o artigo 27, parágrafo 9º da Constituição. O Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, determinou que se fizesse publicar no Diário da Assembléia, para conhecimento de todos, as prestações de contas que atendem a Constituição Estadual, artigo 27, que diz: "As contas de administração pública direta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, ficarão, durante sessenta dias, anualmente, em local próprio da Assembléia Legislativa, à disposição para exame e apreciação de qualquer contribuinte, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da Lei.", as quais encontravam-se em poder da Comissão desde o início do período legislativo do ano dois mil e cinco, referentes ao exercício de 2003 conforme segue: protocolo nº 1529/2004, prestação de contas da Agência de Fomento do Paraná; e do exercício de 2004: protocolos nºs 234/2005, 5530/2005 e 7140/2005 relativos aos Relatórios de Atividades do 4º Trimestre/2004, do 1º e 2º. Trimestre/2005 do Tribunal de Contas do Paraná; protocolo nº 2674/2005, prestação de contas do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran; protocolo nº 2986/2005, prestação de contas da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - Claspar; protocolos nºs 2945/2005, 2946/2005 e 2947/2005, prestação de contas da Agência de Fomento do Paraná S/A; protocolo nº 2413/2005, prestação de contas de Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG; protocolo nº 3002/2005, prestação de contas da Paraná Investimen-

tos S/A; protocolo nº 3004/2005, prestação de contas da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - Codapar; protocolo nº 3231/2005, relatório anual e balanço patrimonial da Universidade Estadual de Londrina - UEL; protocolo nº 3062/2005, prestação de contas de Universidade Estadual de Maringá - UEM; protocolo nº 3085/2005, prestação de contas do Fundo Paraná e protocolo nº 3086/2005, prestação de contas do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia; protocolo nº 3067/2005, prestação de contas da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar; protocolo nº 3068/2005, prestação de contas da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - Comec; protocolo nº 3070/2005, balanço anual da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - Ferroeste e a prestação de contas de gestão Professor Rubens Luís Sartori - Diretor e Professor Sinclair Pozza Casemiro - Vice-Diretor, da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campos Mourão, período de 1997 a 2005, e, para surtir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e achado conforme será assinado pelo Sr. Presidente e por mim, Maria Regina Subtil, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua nona Reunião Ordinária, com a presença dos senhores Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Proposição nº 119/2005. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Marcos Isfer, Relator da Proposição nº 119/2005, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/2004, em seu artigo 14, referente aos meses de novembro e dezembro de 2005. Após análise da matéria, decidiu o Senhor Relator, que as contas encontram-se exatas, atendendo à legislação em vigor, deliberando pelo PARECER FAVORÁVEL, no que foi acompanhado por todos. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária